

1.000

QUESTÕES PARA O

MP-RJ

TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ÁREA: ADMINISTRATIVA

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	9
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	9
→ ACENTUAÇÃO.....	10
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ ARTIGO	14
→ SUBSTANTIVO	14
→ ADJETIVO	16
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	18
→ PREPOSIÇÃO.....	20
→ CONJUNÇÃO.....	22
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	24
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	27
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	30
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	32
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	42
→ GABARITO	44
RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO	47
→ ESTATÍSTICA - EVENTOS E ESPAÇO AMOSTRAL	47
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	47
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL	48
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	49
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO	49
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES.....	50
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	50
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	51
→ TEOREMA DE BAYES.....	51
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	52
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADE A PARTIR DE ÁREAS	52
→ MATEMÁTICA - NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES.....	53

→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	53
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	53
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	54
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	54
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	55
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	55
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	56
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	56
→ PORCENTAGEM.....	56
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	56
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	57
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	58
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	58
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	58
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	59
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	59
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS) ..	60
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	61
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	62
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”	63
→ EXERCÍCIOS DE “VERDADE/MENTIRA”	64
→ GABARITO	65

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO67

→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	67
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	68
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)	73
→ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP	74
→ CNMP - COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES	75
→ RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007 - INSTAURAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL.....	75
→ RESOLUÇÃO CNMP Nº 71/2011 - CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	76
→ RESOLUÇÃO CNMP Nº 118/2014 - POLITICA NACIONAL DE INCENTIVO À AUTOCOMPOSIÇÃO NO ÂMBITO DO MP.....	76
→ RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017 - NOTÍCIA DE FATO E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO	77
→ DEMAIS RESOLUÇÕES CNMP	77
→ LEI ESTADUAL Nº 5.891/2011 - QUADRO PERMANENTE DOS SERVIÇOS AUXILIARES DO MPE RJ	77
→ RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1.678/2011 - REGULAMENTA O ART. 26 DA LEI Nº 8.625/1993.....	79
→ ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL CÍVEL DOS MEMBROS DO MPE RJ.....	79
→ GABARITO	79

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 81

→ WINDOWS 11.....	81
→ WORD 2019.....	84
→ EXCEL 2019.....	87
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	93
→ INTRANET E EXTRANET.....	94
→ GOOGLE CHROME.....	95
→ MICROSOFT EDGE.....	97
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	97
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING).....	100
→ GABARITO	101

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL 103

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	103
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	103
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	106
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	108
→ MÉRITO ADMINISTRATIVO.....	108
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	108
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	109
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	112
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	114
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	115
→ LEI Nº 13.019/2014 - ESTATUTO DAS PARCERIAS	115
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	118
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	119
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 12.846/2013).....	120
→ DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA (ART. 5º DA LEI Nº 12.846/2013)	122
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013).....	122
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO (ARTS. 8º A 15 DA LEI Nº 12.846/2013).....	124
→ DO ACORDO DE LENIÊNCIA (ARTS. 16 E 17 DA LEI Nº 12.846/2013).....	126
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 12.846/2013).....	128
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	130
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	131
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	132
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	134
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	136
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	138

→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	139
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	140
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	142
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	144
→ DIREITO CONSTITUCIONAL – CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO	145
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	148
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988).....	150
→ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (ART. 74 DA CF/1988).....	152
→ TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS	153
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	155
→ ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (ARTS. 173 E 174 DA CF/1988)	157
→ POLÍTICAS URBANA, AGRÁRIA E FUNDIÁRIA (ARTS. 182 A 191 DA CF/1988).....	157
→ INTRODUÇÃO, PRESSUPOSTOS E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	159
→ CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO MUNDO E HISTÓRICO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	160
→ DIREITO PENAL – FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327 DO CP).....	160
→ PECULATO (ART. 312 DO CP).....	161
→ PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM (ART. 313 DO CP).....	163
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	163
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	164
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	166
→ ADVOCACIA ADMINISTRATIVA (ART. 321 DO CP).....	166
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325 DO CP).....	166
→ DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS (ARTS. 359-A A 359-H DO CP)	166
→ GABARITO	167

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

→ DIREITO ADMINISTRATIVO - REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

1. (FGV – 2024) Ao estudar o princípio da supremacia do interesse público, à luz do direito administrativo moderno, Cristiane concluiu corretamente que:

- o interesse público primário confunde-se com o interesse público secundário, não sendo possível distingui-los;
- a supremacia do interesse público é um princípio expressamente consagrado na Constituição da República de 1988;
- o interesse público secundário deve prevalecer sobre o interesse privado, ainda que importe em indevida restrição a direitos fundamentais;
- o interesse público e o interesse privado são dicotômicos, sendo inviável alcançar a materialização daquele mediante a garantia dos direitos fundamentais;
- o interesse público primário deve ser considerado o objetivo finalístico da Administração, notadamente para fins de ponderação com direitos fundamentais.

2. (FGV – 2022) Quando o Estado se relaciona com o particular em posição de supremacia, ou de verticalidade, em busca do cumprimento do interesse público, o Estado, além de adquirir prerrogativas específicas, deve se submeter a um conjunto de normas determinadas, caracterizando uma relação poder-dever.

A respeito dessa atuação em condição de superioridade do Estado, é correto afirmar que ela representa a submissão ao regime

- de jurisdição dual.
- contencioso administrativo.
- confederativo.
- jurídico administrativo.
- common law.

→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

3. (FGV – 2024) Uma determinada entidade da administração pública, ao emitir uma ordem de serviço, indevidamente, não promoveu a inclusão no Diário Oficial, prejudicando a transparência sobre o processo.

Nessa situação, a organização feriu o princípio básico da administração pública de:

- dignidade humana;
- soberania;
- cidadania;
- livre iniciativa;
- publicidade.

4. (FGV – 2024) João, policial militar, foi convocado para fazer o policiamento ostensivo durante a inauguração de uma obra realizada no Município Alfa, com a presença do prefeito da cidade e do governador do estado. Ao se apresentar para o serviço, o agente da lei percebe que não há, no local, qualquer promoção pessoal dos políticos presentes no evento. Na verdade, todas as informações atinentes à obra têm caráter educativo e informativo.

Considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, se está diante de uma manifestação do princípio da:

- proporcionalidade;
- impessoalidade;
- continuidade;
- juridicidade;
- legalidade.

5. (FGV – 2024) Recentemente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de uma lei estadual que conferiu um bônus de 10% na nota dos candidatos a concurso público que residiam na localidade, entre outros fundamentos, pelo fato de que tal norma viola princípio expresso no Art. 37, caput, da CRFB/88, sendo correto afirmar que se trata do

- princípio da impessoalidade.
- princípio da legalidade.
- princípio da publicidade.
- princípio da segurança jurídica.
- princípio da indisponibilidade do interesse público.

6. (FGV – 2024) O Governador do Estado Alfa pretende alterar regramentos estaduais que versam sobre a proteção conferida ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, para compatibilizá-los com o necessário desenvolvimento econômico. Em assim sendo, após consultar a sua assessoria jurídica, o agente político é informado no sentido de que a matéria deve ser formalizada por meio de uma legislação, excluindo a utilização de outros atos com caráter normativo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio constitucional da

- a) impessoalidade.
- b) publicidade.
- c) moralidade
- d) legalidade.
- e) eficiência.

7. (FGV – 2024) A supervisão do almoxarifado de uma organização pública vem controlando os níveis de estoque visando à redução do volume de compras, com o objetivo de evitar aumento nas quantidades pedidas e maior necessidade de recursos financeiros. Ou seja, considera-se que há melhor uso dos recursos de custeio ao se trabalhar com lotes pequenos, que geram redução do nível de estoque, apesar do acréscimo no número de pedidos e da redução no intervalo entre dois pedidos.

Essa nova forma de gestão do setor pauta-se, principalmente, na garantia do princípio da Administração Pública da:

- a) competitividade;
- b) eficiência;
- c) especialidade;
- d) isonomia;
- e) publicidade.

8. (FGV – 2024) A Constituição Federal de 1988 inovou ao fazer expressa menção a alguns princípios a que se submete a Administração Pública Direta e Indireta, a saber, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade administrativa, da publicidade e da eficiência. Assinale a opção que indica o princípio que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

9. (FGV – 2024) Os Princípios Básicos da Administração Pública guiam as ações do setor público, garantindo transparência, ética e qualidade nos serviços prestados à sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta a definição do princípio da impessoalidade.

- a) A Administração Pública deve priorizar interesses pessoais em suas ações.
- b) A Administração Pública deve atuar conforme interesses individuais.
- c) A Administração Pública deve considerar as vontades pessoais dos gestores públicos.
- d) As decisões administrativas podem beneficiar indivíduos específicos, desde que justificadas.
- e) A Administração Pública deve agir em benefício do interesse público, sem favorecimentos a pessoas determinadas.

10. (FGV – 2024) Os Princípios Básicos da Administração Pública orientam as ações do setor público, assegurando transparência, ética e excelência na prestação de serviços à sociedade.

Quanto à atuação da Administração Pública e às interações com particulares, de acordo com o princípio da legalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição Federal brasileira não menciona a necessidade de lei para a atuação da Administração Pública.

- b) No âmbito das relações entre particulares, a autonomia da vontade permite a realização de qualquer ato que não seja proibido pela lei.
- c) O princípio da legalidade se aplica apenas à esfera privada, enquanto a autonomia da vontade é exclusiva da Administração Pública.
- d) A Administração Pública atua de forma autônoma, podendo estabelecer limitações aos direitos dos particulares sem necessidade de amparo legal.
- e) A Administração Pública pode conceder direitos e criar obrigações por meio de atos administrativos, independentemente de previsão legal.

11. (FGV – 2023) Avalie se as afirmativas a seguir estão em consonância com os princípios fundamentais da Administração Pública:

I. Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal, de modo que é lícito fazer tudo que a lei não proíbe.

II. Os atos dos funcionários públicos são sempre imputados ao órgão para o qual oficiam, de forma que o ato de um agente é na verdade o ato de um órgão.

III. Todo ato administrativo deve ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previstos na lei.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

12. (FGV – 2023) Os princípios da Administração Pública, expressos na Constituição Federal, são responsáveis por orientar as atuações do Estado, buscando criar um balizamento para uma maneira adequada de se administrar entes públicos.

Acerca desses princípios, assinale a afirmativa correta.

- a) O fato de o governador colocar seu nome em um complexo poliesportivo, construído em sua gestão, representa uma violação ao princípio da publicidade.
- b) A realização de ato da administração pública não autorizado nem proibido por lei, conforme vontade pessoal, viola o princípio da legalidade.
- c) A imposição de uma multa desproporcional representa uma violação ao princípio da eficiência.
- d) A conduta antiética e desonesta de um agente público, ainda que legal, viola o princípio da segurança jurídica.
- e) A nomeação de novos servidores públicos, por meio de concurso público, mas com o edital prevendo prova oral, afronta o princípio da impessoalidade.

13. (FGV – 2022) João é auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa e está lotado no Instituto Médico Legal. No exercício de suas funções, João recebeu o cadáver de um homem para limpeza e preparo para a autópsia. Ao abrir o invólucro onde o corpo estava acondicionado, João imediatamente reconheceu que o corpo era de seu vizinho José, seu desafeto de longa data. Tendo em vista que João também se considera inimigo de toda a família do agora falecido José e com o objetivo de prejudicar os parentes de seu vizinho, o policial resolveu atrasar ao máximo a autópsia do cadáver e deixou o corpo em local impróprio, por prazo muito superior ao previsto nas normas aplicáveis.

Agindo da forma antes narrada, João violou diretamente o princípio expresso da administração pública da:

- a) autotutela, pois deve tratar todos os cidadãos com igualdade, independentemente de serem seus amigos ou inimigos;
- b) moralidade, pois, como conhece a família do falecido, deveria ter dado prioridade para a conclusão da perícia;
- c) impessoalidade, pois deve agir na busca do interesse da coletividade, sem beneficiar nem prejudicar alguém em especial;
- d) finalidade, pois deve conciliar seu interesse particular com o público, de maneira a não prejudicar seus desafetos ou os familiares destes;
- e) continuidade, pois, como é inimigo do falecido e de sua família, deveria ter pedido a um estagiário para prosseguir com as atividades de preparo do corpo.

14. (FGV – 2022) Marta é a nova Delegada de Polícia Civil que acaba de assumir a titularidade da Xª DP. Marta está realizando correições internas e editando ordens de serviço, buscando prestar um serviço público à população com mais qualidade, menos gastos, mais presteza e, acima de tudo, visando a um bom desempenho funcional de todos os policiais lotados na delegacia, para beneficiar a coletividade.

As providências adotadas por Marta se encaixam no princípio expresso da administração pública da

- a) eficácia.
- b) celeridade.
- c) produtividade.
- d) impessoalidade.
- e) eficiência.

15. (FGV – 2022) Um funcionário público que, embora aja honestamente, execute suas atribuições sem a devida presteza esperada para sua função estará violando o princípio constitucional da

- a) eficiência.
- b) eficácia.
- c) legalidade.
- d) publicidade.
- e) igualdade.

16. (FGV – 2022) Entre os princípios da administração pública aplicáveis aos Oficiais de Justiça está aquele acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98, que consolida o movimento por uma Administração Pública menos sujeita aos efeitos colaterais da burocracia, inaugurando, assim, o que se convencionou denominar Administração Pública Gerencial. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional, buscando a prestação do serviço com qualidade alta e baixo custo. Assim, o exercício da função administrativa pelo Estado deve ter como tripé: quantidade, qualidade e economicidade. Nesse contexto, foram introduzidos vários instrumentos no Direito Administrativo, como avaliação de desempenho, parcerias público-privadas, agências reguladoras etc.

O princípio da administração pública expresso descrito é o da

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) produtividade.
- d) eficiência.
- e) publicidade.

17. (FGV – 2022) Adebaldo, após ser eleito prefeito de um pequeno município brasileiro, decide construir um parque público no centro da cidade e, após terminada a obra, nomeia-o como Parque Adebaldo, visando assegurar que sua imagem fique eternizada na história do local.

Considerando os princípios que regem a administração pública, fica evidente que a conduta de Adebaldo violou o Princípio da

- a) Publicidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Eficiência.
- d) Segurança Jurídica.
- e) Sindicabilidade.

18. (FGV – 2021) 18) Prefeito municipal determinou que circulassem pela cidade carros de som adesivados com seu nome, sua foto e símbolo usado em sua última campanha eleitoral, informando à população que ele tinha acabado de construir e inaugurar mais cinco postos de saúde, razão pela qual ele seria o melhor político da região.

No caso em tela, o Prefeito violou direta e frontalmente o princípio expresso da administração pública da:

- a) eficiência, pois os esforços do gestor devem se limitar às atividades fins em matéria de serviço público;
- b) economicidade, pois a circulação de carros oficiais pela cidade causa dano ao erário;
- c) impessoalidade, pois na publicidade oficial não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades;
- d) publicidade, pois atos oficiais devem ser objeto de publicação no Diário Oficial, e não por meio de campanhas informativas por carros de som;
- e) competitividade, pois desequilibrou as oportunidades de ganhos eleitorais entre os demais políticos da região que não possuem a máquina pública em suas mãos.

19. (FGV – 2021) O tratamento igualitário e a prestação de contas à população são considerados fundamentais nos atos da administração pública, derivando, respectivamente, dos princípios

- a) da legalidade e da constitucionalidade.
- b) da impessoalidade e da publicidade.
- c) da moralidade e da eficiência.
- d) da veracidade e da relevância.
- e) da transparência e da regularidade.

20. (FGV – 2021) Após a convocação dos aprovados no concurso público da Prefeitura de Paulínia, é realizado um curso de formação para preparar os novos servidores no qual são apresentados os princípios constitucionais que norteiam a Administração Pública e o administrador público (Artigo 37 da Constituição Federal).

Assinale a opção que apresenta um dos princípios que norteiam a Administração Pública.

- a) Impessoalidade
- b) Licitação
- c) Especificidade
- d) Probidade
- e) Modicidade

21. (FGV – 2020) O vereador João nomeou sua filha Maria, pessoa sem qualquer qualificação profissional ou experiência na área, para exercer o cargo em comissão de assessor parlamentar em seu gabinete. A Promotoria de Tutela Coletiva da Cidadania local instaurou inquérito civil e confirmou a ilegalidade na conduta do vereador por ofensa direta ao princípio constitucional expresso da administração pública da:

- a) especialidade, pois Maria não detém conhecimento para exercer a função pública;
- b) transcendência, que proíbe a nomeação de parentes até o terceiro grau para exercer qualquer cargo público;

- c) autotutela, eis que o sistema de controle externo deve levar o Executivo municipal a anular o ato de nomeação de Maria;
- d) impessoalidade, diante do nepotismo decorrente da clara intenção de beneficiar determinada pessoa;
- e) isonomia, haja vista que os cargos em comissão devem ser providos necessariamente por concurso público.

- a) consensualidade.
- b) impessoalidade.
- c) continuidade.
- d) moralidade.
- e) autotutela.

→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

22. (FGV – 2024) Maria e Julia estavam estudando juntas para concurso público e começaram a debater o significado, extensão e limites do princípio da autotutela no direito administrativo. Ambas concluíram corretamente que, em razão de tal princípio, a Administração

- a) tem o poder-dever de convalidar os atos eivados de desvio de finalidade.
- b) não tem prazo para invalidar os atos viciados, ainda que beneficiem terceiros de boa-fé.
- c) tem a prerrogativa de impor a vontade administrativa, independentemente de decisão judicial.
- d) deve revogar os atos que possuam vícios insanáveis, respeitados os direitos adquiridos.
- e) há de respeitar o devido processo legal para anular atos que repercutam na esfera jurídica de terceiros.

23. (FGV – 2024) O chefe de uma repartição pública da Administração Direta do Município Ômega verificou, dentro do prazo de seis meses após a realização de um ato administrativo por ele mesmo praticado, que tal ato estava eivado de um vício que o tornava ilegal. Em razão disso, anulou tal ato, indicando a motivação pela qual o fazia.

O princípio da Administração Pública relativo a este ato de anulação é o princípio da

- a) hierarquia.
- b) publicidade.
- c) autotutela.
- d) eficiência.
- e) impessoalidade.

24. (FGV – 2024) Antes de tomar uma decisão em um processo administrativo em curso que versa sobre matéria complexa e de interesse geral, o órgão público competente no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública para a manifestação de terceiros.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

- a) impessoalidade.
- b) boa-fé objetiva.
- c) continuidade.
- d) participação.
- e) moralidade.

25. (FGV – 2024) O Prefeito do Município Alfa, após ouvir a opinião técnica do secretário de saúde da municipalidade, decidiu revogar um ato administrativo válido, mas que, por razões políticas, tornou-se inconveniente e inoportuno, sem qualquer prejuízo aos efeitos até então produzidos.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, é correto afirmar que se está diante de uma manifestação do princípio da

26. (FGV – 2024) Entre as características do regime jurídico administrativo, o princípio da supremacia do interesse público tem espaço de relevo e suscita alguns questionamentos, notadamente no âmbito do direito administrativo moderno.

É correto afirmar que se trata de

- a) princípio absoluto da Administração Pública, expressamente consagrado na Constituição, de modo que deve sempre prevalecer no âmbito da ponderação de interesses.
- b) princípio que não pode mais ser admitido, por não estar expresso na Constituição, considerando que o consensualismo passou a ser o eixo do direito administrativo, razão pela qual não mais se admite as cláusulas exorbitantes no âmbito dos contratos administrativos.
- c) princípio que é inexorável à atuação administrativa, expresso na Constituição, que juntamente com o princípio da indisponibilidade do interesse público, importam na vedação de que a Administração Pública formalize instrumentos consensuais com particulares.
- d) princípio que não é expressamente consagrado na Constituição, devendo ser ponderado com os demais princípios do ordenamento jurídico nas situações de conflito, considerando, inclusive, que, no mais das vezes, a efetivação de direitos fundamentais promove a materialização do interesse público.
- e) princípio expresso na Constituição, que deve ser invocado para fazer prevalecer a vontade dos gestores públicos, que tem ampla discricionariedade no exercício de suas atividades, a qual encontra limites apenas na vinculação à lei.

27. (FGV – 2024) No âmbito dos processos administrativos, há um princípio que costuma ser apontado como aquele que os distingue dos processos judiciais, na medida em que compreende o poder - dever de instaurar, conferir andamento e rever a decisão administrativa, independentemente de provocação do interessado.

A passagem acima faz referência ao princípio da(de):

- a) segurança jurídica;
- b) oficialidade;
- c) ampla defesa e do contraditório;
- d) devido processo legal;
- e) razoabilidade.

28. (FGV – 2024) Após ser investida em determinado cargo de provimento efetivo no Estado de Mato Grosso do Sul, Fernanda foi alertada acerca dos princípios administrativos e da importância das normas sobre a interpretação e aplicação do direito público, introduzidas pela Lei nº 13.655/2018 no Decreto-Lei nº 4.657/42, notadamente com relação às atribuições que por ela serão desempenhadas.

Por essa razão, ela passou a aprofundar os seus estudos sobre a mencionada temática.

Face a essa situação hipotética, Fernanda concluiu corretamente que diante do princípio da(de):

- a) supremacia do interesse público, as decisões na esfera administrativa podem ser pautadas em valores jurídicos abstratos, sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão;
- b) eficiência, é possível a formalização de compromisso com os interessados para dirimir situação contenciosa, que deve buscar solução jurídica proporcional, equânime e compatível com os interesses gerais;